

## **Estado de Calamidade**

### **Recursos disponíveis ao cidadão e informativo sobre impostos**

*Versão de 09 de maio de 2024.*

O Sindilojas Porto Alegre, buscando orientar o lojista e a sociedade como um todo, emite esta cartilha com informações gerais de como acessar recursos e acionar seguros, bem como apresentar orientações gerais sobre a flexibilização no pagamento de impostos, diante do estado de calamidade que vive Porto Alegre e Alvorada. Em sua quarta versão, apresentamos novas iniciativas do governo estadual em relação ao ICMS.

### **Recursos Disponíveis ao Cidadão**

#### **Saque FGTS**

Desde o dia 03/05, a Caixa Econômica Federal liberou aos atingidos pelas enchentes no RS o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A retirada é realizada diretamente pelo aplicativo do FGTS

O saque está disponível para residentes de municípios que tenham declarado estado de calamidade pública. Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí e Guaíba estão entre eles.

A lista completa pode ser encontrada aqui>

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/veja-a-lista-dos-336-municipios-gauchos-em-calamidade-publica/>

- Link para download do app:
- Android:  
[https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caixa.fgts.trabalhador&hl=pt\\_BR&gl=US](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caixa.fgts.trabalhador&hl=pt_BR&gl=US)
- Ios: <https://apps.apple.com/br/app/fgts/id1038441027>
- Após instalado, clique no ícone do aplicativo e em “Entrar no aplicativo”.

- Você será redirecionado para a entrada da Caixa, onde você deve inserir o seu CPF e sua senha de acesso.
- Na página inicial você terá a opção “Solicite seu saque 100% digital”
- Selecione a opção Calamidade Pública
- Você precisará dos seguintes documentos:
  - Documento de identificação (RG ou CNH)
  - Comprovante de residência emitido em seu nome nos últimos 120 dias
  - O aplicativo solicitará uma selfie para identificação do solicitante.
- Enviados os documentos, a Caixa irá analisar a sua solicitação e, se estiver tudo certo, liberar os recursos na sua conta.

### **Antecipar o INSS**

O Governo Federal também liberou o acesso ao saque antecipado dos recursos do mês de junho do INSS para os atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Para acessar os recursos do INSS de forma antecipada, é necessário seguir estas etapas:

- Comunicar a intenção ao banco: Aqueles que desejam receber a parcela adiantada dos benefícios previdenciários devem informar essa intenção ao banco onde o valor é normalmente depositado.
- Benefícios abrangidos: A medida de antecipação vale para segurados que recebem benefícios de prestação continuada previdenciários ou assistenciais. No entanto, não se aplica a benefícios temporários, como auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão.
- Data de pagamento antecipado: Os pagamentos que originalmente seriam realizados em 24 de junho serão efetuados junto com os de maio. O calendário de pagamentos abrange o período de 24 de maio a 7 de junho.

## **Ações da Caixa Econômica Federal**

A situação também levou a Caixa Econômica Federal a apresentar as seguintes medidas:

- Envio de equipes às regiões afetadas para agilizarem o Saque Calamidade do FGTS;
- Suspensão dos contratos de financiamento habitacional por até 3 (três) meses mediante solicitação do mutuário;
- Suspensão no pagamento de prestações por até três meses nos contratos de Crédito Pessoal Pessoa Física, Capital de Giro Pessoa Jurídica, Renegociação Pessoa Física e Pessoa Jurídica;
- Auxílio para o acionamento do seguro habitacional.

## **Seguro DFI**

O seguro DFI, ou Danos Físicos ao Imóvel, é uma proteção obrigatória para quem financia a compra de um imóvel. Quando você está buscando um empréstimo imobiliário, os bancos exigem que você tenha esse seguro para garantir que o imóvel esteja protegido contra diversos tipos de danos físicos.

Basicamente, o DFI cobre uma série de incidentes que podem causar danos ao imóvel, como incêndios, inundações, vendavais, desmoronamentos parciais ou totais e outros eventos que possam comprometer a habitabilidade do local. Em caso de algum desses eventos, o seguro entra em ação para ajudar a cobrir os custos de reparo ou mesmo para indenizar o valor do imóvel, se necessário.

O valor máximo de cobertura é determinado com base na avaliação do imóvel, que é feita no momento da contratação do seguro.

É importante destacar que o DFI é válido desde o momento em que você assina o contrato de financiamento e continua em vigor até que o empréstimo seja totalmente quitado.

Para acionar o seguro DFI em caso de danos físicos ao imóvel segurado, siga estes passos:

- **Notifique o banco:** Entre em contato imediatamente com o banco, utilizando os canais de atendimento disponíveis, e informe sobre o ocorrido, fornecendo os dados da apólice e detalhes relevantes do sinistro.
- **Registre o sinistro:** Descreva detalhadamente o que aconteceu e os danos sofridos pelo imóvel. Se possível, registre o incidente por meio de fotografias, vídeos ou outros registros que comprovem a extensão dos danos.
- **Aguarde a visita do perito:** A seguradora enviará um perito para avaliar os danos. Aguarde a visita do perito e forneça acesso ao imóvel para a avaliação adequada.
- **Documente os gastos e reparos:** Mantenha registros de todos os gastos relacionados aos reparos ou recuperação do imóvel, incluindo notas fiscais, recibos e orçamentos.
- **Siga as orientações da seguradora:** A seguradora fornecerá orientações sobre os próximos passos e quais documentos são necessários. Certifique-se de seguir as instruções e fornecer as informações solicitadas dentro dos prazos estipulados.
- **Receba a indenização ou assistência:** Com base na análise do perito e nas condições da apólice, a seguradora irá providenciar a indenização ou os serviços necessários para reparar ou recuperar o imóvel danificado.

## Impostos

### *Governo Federal*

#### **Postergação dos vencimentos dos tributos federais, inclusive dos parcelamentos e do cumprimento das obrigações acessórias**

A partir do dia 06/05, a Secretaria da Receita Federal estabeleceu a prorrogação dos prazos de vencimento dos tributos federais, inclusive das parcelas dos parcelamentos, e de cumprimento das obrigações acessórias, para contribuintes pessoas físicas ou jurídicas domiciliados nos municípios localizados no Estado do Rio Grande do Sul em relação aos quais foi declarado estado de calamidade pública.

A lista completa pode ser encontrada aqui>

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/veja-a-lista-dos-336-municipios-gauchos-em-calamidade-publica/>

Seguem os novos prazos:

<b>Prazo Original</b>	<b>Novo Prazo*</b>
Abril	Julho
Maio	Agosto
Junho	Setembro

\* O pagamento deverá ocorrer até o último dia útil desses meses.

#### **Postergação dos vencimentos dos tributos apurados no Simples Nacional**

O Comitê Gestor do Simples Nacional, no dia 06/05, prorrogou os prazos de vencimento dos tributos apurados no Simples Nacional para contribuintes com matriz nos municípios que declararam estado de calamidade pública no RS.

Seguem os novos prazos:

<b>Período de Apuração</b>	<b>Vencimento Original</b>	<b>Novo Vencimento</b>
Abril de 2024	20 de maio	20 de junho
Maio de 2024	20 de junho	20 de julho

## **Postergação das medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União Federal**

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), estabeleceu, em favor dos contribuintes com domicílio tributário nos municípios do RS que declararam estado de calamidade pública, o seguinte:

- a prorrogação dos prazos de vencimento das parcelas dos programas de negociação administrados pela PGFN, relativas aos meses de abril, maio e junho de 2024 para o último dia útil dos meses de julho, agosto e setembro de 2024, respectivamente.

Seguem os novos prazos:

<b>Prazo Original</b>	<b>Novo Prazo*</b>
Abril	Julho
Maio	Agosto
Junho	Setembro

\* O pagamento deverá ocorrer até o último dia útil desses meses.

- a suspensão, por 90 dias, dos seguintes prazos:
  - para impugnação e o prazo para recurso de decisão proferida no âmbito do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade – PARR;
  - para apresentação de manifestação de inconformidade e o prazo para recurso contra a decisão que a apreciar no âmbito do processo de exclusão do Programa Especial de Regularização Tributária – Pert;
  - para oferta antecipada de garantia em execução fiscal, o prazo apresentação de Pedido de Revisão de Dívida Inscrita - PRDI e o prazo para recurso contra a decisão que o indeferir;
  - para impugnação e recurso de decisão proferida nos casos de rescisão de transação tributária; e
  - relativos aos atos administrativos proferidos no âmbito das transações tributárias, regidos pela Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, inclusive de recursos contra decisão que indeferir transação individual e revisão de capacidade de pagamento.

- a suspensão, por 90 dias, das seguintes medidas de cobrança:
  - apresentação de protesto de certidões de dívida ativa;
  - realização de averbação pré-executória; e
  - instauração de novos Procedimentos Administrativos de Reconhecimento de Responsabilidade - PARR.
  
- a suspensão, por 90 dias, do início de procedimentos de exclusão de contribuintes de negociações administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional por inadimplência de parcelas.

### **Prorrogação da entrega da declaração de Imposto de Renda**

Através de portaria, a Receita Federal publicou que a entrega da declaração do Imposto de Renda foi prorrogada de 31 de maio para 31 de agosto. Lembrando que o novo prazo é válido para contribuintes que residam em um dos 336 municípios que tiveram o estado de calamidade pública reconhecido.

### ***Governo Estadual***

A Secretaria da Fazenda (Sefaz), por meio da Receita Estadual (RE), deu início ao atendimento de contribuintes por meio de quatro endereços de e-mail nesta terça-feira (07/05). O objetivo é esclarecer sobre a emissão de documentos fiscais, pagamentos de tributos e dúvidas gerais sobre a legislação.

A medida é necessária porque os canais de comunicação com a RE conhecidos pelos contribuintes e pelas empresas estão fora do ar. Isso ocorre desde segunda-feira (06/05) por conta das enchentes.

Temporariamente, para a emissão de guia para pagamento do ICMS, deve ser usada a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos (GNRE):

[https://www.gnre.pe.gov.br:444/gnre/portal/GNRE\\_Principal.jsp](https://www.gnre.pe.gov.br:444/gnre/portal/GNRE_Principal.jsp)

Os e-mails para atendimento são:

Documentos eletrônicos: [contingenciadocumentoseletronicos@sefaz.rs.gov.br](mailto:contingenciadocumentoseletronicos@sefaz.rs.gov.br)

ICMS: [contingenciaicms@sefaz.rs.gov.br](mailto:contingenciaicms@sefaz.rs.gov.br)

ITCS: [contingenciaitcd@sefaz.rs.gov.br](mailto:contingenciaitcd@sefaz.rs.gov.br)

IPVA: [contingenciaipva@sefaz.rs.gov.br](mailto:contingenciaipva@sefaz.rs.gov.br)

A RE, por meio da Instrução Normativa RE nº 35/24, decidiu prorrogar até 28 de junho de 2024 diversos atos com vencimento no período de 24 de abril de 2024 a 27 de junho de 2024. Estes atos incluem:

- Sistemas especiais de pagamento do imposto, conforme descrito na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título I, Capítulo VI, 5.0. Esses sistemas estão relacionados às seguintes disposições do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul (RICMS/RS):
  - Art. 50, Livro I, que abrange situações onde o pagamento do imposto é postergado no momento da ocorrência do fato gerador, na saída da mercadoria ou no início da prestação do serviço; na importação de mercadorias ou bens do exterior, em arrematações em leilão e em aquisições em licitação pública de mercadorias importadas do exterior apreendidas ou abandonadas; e no caso de gado vacum, ovino e bufalino, carne verde e outros produtos resultantes da matança desse gado, submetidos à salga, secagem ou desidratação.
  - Art. 53-E, Livro III, que contempla situações onde o pagamento do imposto é postergado no momento da entrada da mercadoria no território do Estado ou no momento do desembaraço aduaneiro.
- (Regimes especiais, conforme descrito na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título I, Capítulo LX, que englobam disposições dos arts. 202 a 211 do Livro II e art. 8º do Livro IV do RICMS/RS.
- Certidão de Situação Fiscal, conforme descrito na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.
- Outros atos da Receita Estadual que dependam de concessão, reconhecimento, autorização ou decisão decorrente dela.

Essa prorrogação visa proporcionar mais tempo e flexibilidade para os contribuintes cumprirem com suas obrigações fiscais, considerando o contexto e

possíveis dificuldades decorrentes de situações de calamidade em que se encontra o RS.

***Governo Municipal***  
***Porto Alegre***

A Prefeitura de Porto Alegre publicou em seu diário oficial do dia 07/05 as seguintes iniciativas em relação a flexibilização de tributos:

- Prorrogação de vencimentos de tributos: o vencimento do ISS de autônomos (ISS-TP), assim como do IPTU e TCL referentes ao mês de maio, será prorrogado para agosto, oferecendo um período adicional para os contribuintes organizarem suas finanças.
- Suspensão das ações de negativação e de protesto: não serão enviados registros de inadimplência aos órgãos de proteção ao crédito, e não haverá realização de protesto extrajudicial para os contribuintes que não realizarem pagamento de tributos em maio.
- Suspensão de ações de cobranças administrativas: também estão suspensas as demais ações de cobrança administrativa e de encaminhamento de dívidas para execução fiscal, salvo risco de prescrição, até 31 de maio de 2024.
- Suspensão de prazos para reclamações e recursos na Fazenda: os prazos para reclamações e recursos na Fazenda serão suspensos a partir de 30 de abril até 31 de maio de 2024.
- Prorrogação do prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos: as validades das certidões negativas de débitos relativos aos tributos municipais serão prorrogadas. Certidões válidas em 2 de maio de 2024 terão sua validade estendida por 60 dias, e novas certidões terão sua validade temporariamente alterada para 90 dias a partir da data de emissão.
- Priorização de atendimento de processos de restituições: para agilizar o suporte aos contribuintes, os processos de restituições serão priorizados pela prefeitura.

- Suspensão de intimações para comparecimento presencial: até 31 de maio de 2024, estão suspensas as intimações para comparecimento presencial, em consonância com as medidas de segurança definidas pelo município.

**Esta cartilha será atualizada conforme novas modalidades de recursos e facilidades para o recolhimento de impostos forem apresentadas pelos órgãos públicos.**